

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 5 - Brasília, 10 de maio de 1995

OBRAS INACABADAS

Comissão apura o desperdício

Senador Carlos Wilson quer acabar com "indústria" que suga dinheiro dos cofres públicos usando manobras contratuais

Uma Comissão Temporária do Senado vai apurar todas as obras inacabadas no país custeadas pela União e apresentar ao Executivo, em 90 dias, sugestões sobre como resolver o problema. A proposta foi apresentada pelo senador Carlos Wilson (PSDB-PE), para quem "obra cara é obra inacabada" e fonte permanente de desperdício de recursos públicos.

A Comissão Temporária, composta por sete titulares e sete suplentes, examinará detalhadamente a situação de cada obra não concluída, inclusive fazendo comparativos das previsões iniciais de custos e o que o projeto já exigiu

do governo.

Carlos Wilson denunciou a existência da chamada "indústria da obra inacabada", um meio desonesto de enriquecimento de uns poucos em detrimento de milhões de brasileiros. Trata-se de construtoras que vencem licitações públicas e depois vão adiando o final da obra por vários anos, sempre recebendo dinheiro dos cofres públicos com manobras contratuais.

O objetivo do Senado, conforme a justificativa de Carlos Wilson, é ajudar o governo a buscar soluções para o problema, contribuindo para erradicar essa prática da vida brasileira.

MP da mensalidade deverá ser alterada

A medida provisória das mensalidades escolares deverá ser transformada em projeto de conversão, segundo prevê acordo estabelecido entre os membros da Comissão Mista instalada ontem com a finalidade de discutir a matéria.

Para a presidência da comissão foi eleito o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e para o cargo de relator, o deputado Paes Landim (PI).

Determinando que os esta-

belecimentos de ensino só poderiam aumentar seus preços um ano após a implantação do Real, a MP das mensalidades escolares foi reeditada 13 vezes.

Com um total de 134 emendas, a MP tem prazo até o próximo dia 28 para ser votada no plenário do Congresso Nacional. Até lá, a comissão vai promover amplo debate com representantes da sociedade organizada.



Josaphat (D) é o relator do projeto que institui o novo Código Civil

Aberto o debate sobre Código Civil

Juristas e entidades ligadas ao Direito terão o prazo de 90 dias para apresentar sugestões ao projeto que institui o novo Código Civil, em tramitação no Senado. A Comissão Especial encarregada de examinar e dar parecer sobre a matéria decidiu ontem convidar o jurista Miguel Reale Júnior, o ministro Moreira Aíves e os professores Sálvio Meira e Álvaro Vilaça de Azevedo para serem ouvidos em sessões especiais.

Ficou decidido, ainda, por sugestão do relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) coordenará a consulta, recepção e encaminhamento de trabalhos sobre o Código Civil eventualmente elaborados pelas instituições universitárias.

NESTA EDIÇÃO

Universidades pedem prazo para a LDB

Página 3

Flaviano defende o Sivam

Página 4

Suplicy alerta para crise de calçadistas

Página 4

Transposição do S. Francisco é debatida

Página 3

Senadores questionam Serra sobre Orçamento

Autor da convocação, senador Coutinho Jorge, acha que decisão de Serra não leva em conta negociação feita no ano passado

O ministro do Planejamento, José Serra, comparecerá ao plenário do Senado Federal nesta quinta-feira (11) para prestar esclarecimentos sobre os cortes no Orçamento da União deste ano. A vinda do ministro atende a convocação feita por requerimento do senador Coutinho Jorge



Coutinho Jorge

(PMDB-PA).

Para o senador, os cortes efetuados no Orçamento parecem ter obedecido a razões aleatórias e não foram levados em conta os impactos que vão gerar nos estados e municípios. Lembra Coutinho Jorge que o Orçamento resultou de ampla negociação no ano pas-

sado, inclusive dos governadores eleitos e dos prefeitos das capitais com o então ministro do Planejamento, senador Beni Veras (PSDB-CE).

Segundo Coutinho Jorge, o corte de 2% do valor global prejudica obras de interesse regional. Citou como exemplos importantes rodovias da sua região, cujas obras foram retiradas do Orçamento.

Empresário depõe e nega contrabando

O presidente da Associação Nacional de Ouro e Câmboio (Anouro), Natan Blanch, falando perante a CPI da Mineração, negou a existência de contrabando de ouro no país porque, conforme garantiu, o preço do metal é o mesmo tanto no Brasil quanto em Nova Iorque ou em qualquer outra parte do mundo. Por isso, acrescentou, "ninguém correria o risco de pagar alto custo adicional, para tentar colocar ouro no mercado internacional".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Recebe o Reitor da Universidade Latino-Americana e do Caribe, professor Mário Tomelin.

11h30 - Recebe o governador do Estado do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho.

12h - Recebe José Arnaldo da Fonseca.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

17h30 - Recebe o Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luis Carlos Bresser Pereira.

21h - Oferece Jantar às bancadas do nordeste e centro-oeste. Local: Residência oficial do Senado Federal.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Matérias de competência da comissão, entre as quais se destacam a questão de ordem levantada pelo senador Elcio Álvares na Sessão Conjunta de 06.04.95, sobre resultado da apuração dos votos, proferidos pelos senadores, sobre veto apostado ao § 2º do art. 16 do Projeto de Lei de Conversão nº 11/94; e PLC nº 115/93, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

LIDERANÇAS

Líder do governo, senador Elcio Álvares

10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

12h - Posse do Presidente da Eletrobrás.

PMDB - Líder, senador Jader Barbalho

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

10h - Reunião com o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer, e relatores das comissões onde tramitaram e tramitam as Propostas de Emenda Constitucional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

12h - Posse do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Local: Auditório do Ministério da Justiça.

19h - Recepção em homenagem ao novo embaixador da França, Philippe Lecourtier. Local: QL 8, Conj. 3, Casa 18 - Lago Sul.

PSDB - Líder, senador Sérgio Machado

10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PFL - Líder, senador Hugo Napoleão

9h - Reunião do Instituto Tancredo Neves de Pesquisas e Estudos Econômicos, Políticos e Sociais. Local: Sede do PFL

- Anexo I - 26º andar - Senado Federal.

11h30 - Gravação na Central de Vídeo.

12h - Posse da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Local: Auditório Tancredo Neves - Ministério da Justiça.

12h - Posse na Presidência da Eletrobrás do Engº Antônio José Imbassahy Silva. Local: Auditório do Ministério das Minas e Energia.

12h30 - Almoço em solidariedade ao ex-deputado federal, advogado e diretor da Petrobrás, José Machado Sobrinho. Local: Restaurante da Câmara dos Deputados - Anexo IV - 10º andar.

17h - Posse do Procurador-Geral de Justiça, José Soares de Albuquerque. Local: Ed. do Ministério Público, na rua Alvaro Mendes, 2294 - Teresina - PI.

PTB - Líder, senador Valmir Campelo

9h - Reunião da bancada do PTB, com a presença do ministro da Agricultura, José Eduardo Vieira. Local: Liderança do PTB.

12h - Posse do Engº Antônio José Imbassahy Silva na presidência da Eletrobrás. Local: Auditório do Ministério das Minas e Energia.

PSB - Líder, senador Ademir Andrade

8h - Seminário da Reforma do Estado. Local: Secretaria de Assuntos Econômicos.

10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

18h30 - Audiência com o ministro das Minas e Energia, Raimundo Mendes de Brito.

Lúcio Alcântara defende a transposição do São Francisco

Senador pelo Ceará ressalta que obra é fundamental para nova estratégia de desenvolvimento do semi-árido nordestino

Contestando os argumentos contrários à transposição das águas do rio São Francisco, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que esse projeto é fundamental a uma nova estratégia de desenvolvimento para o semi-árido nordestino. A obra será centrada em pólos agroindustriais que acoplarão "a moderna agricultura irrigada com a agroindústria de exportação", disse.

Estudo realizado pelo governo do Ceará, um dos estados

beneficiários do projeto, teria revelado, segundo o senador, que os custos para transportar águas do São Francisco para o Jaguaribe seriam menores que os apresentados pelas "ações emergenciais em um ano seco".

O senador pelo Ceará considera um equívoco rejeitar a transposição das águas alegando "eventual perda para o sistema de geração de energia elétrica". Ele explicou que, na primeira fase do projeto, a água transposta representará "proporção mínima do caudal".

Ele contestou também o argumento de que a bacia do São Francisco sofreria desequilíbrio ecológico: "O projeto de transposição está tornando uma prioridade nacional a proteção de suas nascentes e a reconstituição de suas matas ciliares" - indicou.

Josaphat Marinho (PFL-BA) considerou louvável qualquer projeto que beneficie o Nordeste "em seu conjunto". Para Carlos Wilson (PSDB-PE), o governo deve priorizar ações como o projeto de transposição.



Benedita da Silva

Violência no Rio preocupa

A senadora Benedita da Silva (PT) afirmou que concorda com a avaliação de que a violência é efeito de problemas estruturais que não são privilégio de seu estado, o Rio de Janeiro, mas de todo o país. No entanto, ela acredita que as várias modalidades do crime organizado assumiram as proporções verificadas no Rio por "ineficiência conjuntural".

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que só acredita em redução da criminalidade com uma situação mais igualitária socialmente. Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou que, "como vitrine do país", a situação do Rio de Janeiro é uma questão nacional.

Cumprimentos ao Zero Hora

A comemoração do 31º aniversário do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, foi destacada pela senadora Emília Fernandes (PMDB-RS), salientando a importância do papel exercido por aquele órgão de comunicação para a vida gaúcha, sobretudo na defesa do direito da população à informação de boa qualidade.

Emília Fernandes destacou o trabalho dos profissionais de imprensa, que se têm esforçado para manter os bons níveis de desempenho do jornal.

Mata Atlântica: Maldaner quer mudar decreto

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a adoção urgente da nova redação proposta pela bancada de Santa Catarina para o Decreto 750, de 1993 - que estabeleceu normas de preservação da Mata Atlântica -, visando corrigir "os inúmeros contratempos trazidos à população catarinense, sobretudo àquela que trabalha no campo, nos dois anos de vigência da medida".

Segundo Maldaner, o decreto, adotado numa conjuntura de pressão ambientalista, na prática extrapolou os objetivos de disciplinar o acesso à Mata Atlântica, e acabou por "vedar abusadamente a participação do homem em qualquer projeto de parceria com a natureza".

Disse o senador que o Decreto 750 "esqueceu da preservação e da proteção do homem da terra. Cria dificuldades para a realização de atividades agro-silvo-pastoris tradicionais, historicamente desenvolvidas pelas populações rurais".



Nestor expõe a Sarney posição da Andifes

Universidades pedem prazo para discutir LDB

A diretoria da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) pediu ao presidente do Senado Federal, José Sarney, o adiamento da votação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Eles argumentaram que seria necessário um prazo maior para o aprofundamento das discussões em torno do substitutivo preparado pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ).

Na audiência realizada ontem, o reitor da Universidade Federal de Uberlândia, professor Nestor de Andrade, afirmou que a proposta de Darcy Ribeiro não teria seguido o trâmite regimental. A seu ver, o

substitutivo modificaria o projeto original, que foi elaborado depois de seis anos de discussões com a participação de vários segmentos da sociedade. Falando em nome dos dirigentes de universidades, Nestor de Andrade argumentou ainda que a matéria deve ser submetida ao exame da Comissão de Educação do Senado.

Sarney explicou que o encaminhamento do projeto e de seu substitutivo, no Senado, cumpriu rigorosamente as normas regimentais. Entretanto, não descartou a possibilidade de apreciação do substitutivo pela Comissão de Educação, à medida que haja mobilização parlamentar para tanto.

Suplicy alerta para a crise do setor de calçados

Da reunião de Franca, senador extraiu as principais reivindicações do setor, que demitiu 60 mil empregados e fechou 150 fábricas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou para a crise que a indústria nacional de calçados vem enfrentando ao longo dos últimos dez meses, agravada pela dispensa de 60 mil empregados e pelo fechamento de aproximadamente 150 fábricas, segundo dados fornecidos pelos representantes do setor. O parlamentar petista registrou sua ida à audiência pública na Câmara Municipal de Franca, no interior paulista, onde debateu sobre o tema com as autorida-

des municipais e representantes de empresários e trabalhadores de todo o país.

Da reunião de Franca, Suplicy extraiu as principais reivindicações de saneamento para o setor de calçados e anunciou uma carta que será entregue por ele e por empresários de São Paulo e do Rio Grande do Sul ao presidente Fernando Henrique Cardoso, nesta quinta-feira. "O problema é como voltar a ter produção colocada no exterior quando se perdem condições

de continuar fornecendo produtos em função da impossibilidade de apresentar preços competitivos", disse o senador.

Para Suplicy, as dificuldades referem-se sobretudo à evolução da taxa de câmbio, que não tem acompanhado o aumento dos custos internos, e ao tratamento que o Brasil dá à sua indústria, "permitindo que calçados da Argentina e do Mercosul aqui entrem sem pagar impostos, quando nós compramos couro argentino taxado a 15%".



José Eduardo Dutra

Dutra contra restrição a servidor grevista

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) encaminhou ontem à tramitação projeto de decreto legislativo sustando o Decreto nº 1.480, de 3 de maio deste ano, que regulamenta os procedimentos a serem adotados em casos de greve dos servidores públicos federais. Ele considerou inconstitucional a lei em vigor e questionou o "idealismo democrático do presidente da República ao assinar um decreto autoritário que coíbe o servidor de exercer o seu direito de greve amplamente consagrado".

O decreto governamental tira do trabalhador o direito a abono, compensação ou cômputo, para fins de contagem de tempo de serviço, dos dias de falta usados em greve. Para José Eduardo Dutra, o direito de greve dos funcionários públicos federais é garantido pelo artigo 37 da Constituição e somente poderá ser alterado mediante lei complementar, cujo quórum para aprovação tem de ser o de dois terços dos membros do Congresso.

Volta do IPMF é criticada por Ademir

A proposta que reinstalou a cobrança do IPMF foi rechaçada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). A medida sacrificaria a população para beneficiar os banqueiros, segundo o senador. Ele previu, entretanto, que o Congresso derrotará qualquer iniciativa nesse sentido.

Ademir disse que é fácil para o ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, tomar a defesa da proposta, "por ser o dono de um dos maiores bancos privados do país". Segundo o parlamentar, os banqueiros já estão se enriquecendo às custas dos impostos arrecadados da população, e os dados mais recentes apontam um lucro de R\$ 26 bilhões para os bancos, provenientes da movimentação da dívida interna do governo.

Amazônia precisa do Sivam, diz Flaviano

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) defendeu a concretização do projeto Sivam, que considerou essencial para a Amazônia, e afirmou que os responsáveis pelas irregularidades denunciadas devem ser punidos, caso elas sejam comprovadas, mas sem que isto implique paralisação ou postergação do programa.

Ele disse que a implantação do Sivam é necessária para que se estabeleça uma rede de informações confiáveis sobre a Amazônia, o que, a seu ver, é fundamental para o aproveitamento da riqueza da região.

O senador sugere que, se comprovadas as irregularidades denunciadas, a empresa Esca deveria ser substituída, sem prejudicar a execução do projeto. Ele lembrou que o



Flaviano Melo

Tesouro vai arcar com os prejuízos do pagamento de custos financeiros junto ao Eximbank caso não concretize o negócio até o dia 15 de julho.

Para Flaviano, maus empresários e contrabandistas podem beneficiar-se com a extinção do Sivam.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.